



LEI N° 815 /2015.

EMENTA:

Dispõe sobre a Lei das Diretrizes Orçamentárias para elaboração do orçamento geral do Município para o exercício de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU/RN, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ELE sanciona a seguinte Lei.

CAPÍTULO I
Disposições Preliminares

Art.1º. - Ficam estabelecidas as Diretrizes Orçamentárias, nos termos da Constituição Federal (Artigo 165, II, Parágrafo 2º), combinada com a Lei Federal Complementar nº 101/2000 (Artigo 4º), compreendendo as Metas e prioridades da Administração Pública Municipal, orientação para elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2016, incluindo a estimativa das receitas, a fixação das despesas, a limitação de empenhos e demais condições e exigências para as transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

CAPÍTULO II
Das Definições

Art. 2º. - As definições dos termos e os conceitos constantes da presente Lei são aqueles estabelecidos na Lei Federal Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único – Na elaboração da proposta orçamentária, serão obedecidos os princípios da unidade, universalidade, anualidade e exclusividade.

CAPÍTULO III
Do Orçamento Municipal
SEÇÃO I
Do equilíbrio

Art. 3º. - Na elaboração da proposta orçamentária municipal para o exercício de 2016, será assegurado o devido equilíbrio, não podendo o valor das despesas fixadas serem superiores ao das receitas previstas.

Art. 4º. – Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2016, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei.

Art. 5º. - A formalização da proposta orçamentária para o exercício de 2016, será composta das seguintes peças:

I. projeto de lei orçamentária anual, constituído de texto e demonstrativo; e

II. anexos, compreendendo os orçamentos fiscais e da seguridade social, inclusive os das entidades supervisionadas, contendo os seguintes demonstrativos:

- a) analítico da receita estimada, ao nível de categoria econômica, subcategoria e fontes e respectiva legislação;
- b) recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, para evidenciar a previsão de cumprimento dos percentuais estabelecidos pela Constituição Federal (Artigo 212);
- c) recursos destinados à promoção da criança e do adolescente, de forma a garantir o cumprimento dos programas específicos aprovados pelo respectivo conselho;
- d) sumário da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
- e) natureza da despesa, para cada um dos órgãos integrantes da estrutura administrativa do Município;
- f) despesa por fontes de recursos para cada um dos órgãos integrantes da estrutura administrativa do Município;
- g) receitas e despesas por categorias econômicas;
- h) evolução da receita e despesa orçamentária nos três exercícios anteriores a 2015, bem como a receita prevista para este exercício;
- i) despesas fixadas e consolidadas ao nível de categoria econômica, sub-categoria, elemento;
- j) programa de trabalho de cada unidade orçamentária, ao nível de função, sub-função, programa, sub-programa, projetos e atividades;
- k) consolidado por funções, programas e sub-programas;
- l) consolidado por funções, programas e sub-programas, evidenciado os recursos vinculados;
- m) despesas por órgãos e funções;
- n) despesas por unidade orçamentária e por categoria econômica;
- o) despesas por órgão e unidade responsável, com os percentuais de comprometimento em relação ao orçamento global;
- p) recursos destinados ao Fundo Municipal de Saúde;
- q) recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEB; e
- r) especificação da legislação da receita.

Parágrafo 1º - Na estimativa das receitas considerar-se-á tendência do presente exercício, até o mês de junho de 2015, as perspectivas para a arrecadação no exercício de 2016 e as disposições da presente Lei.

Parágrafo 2º - As despesas e as receitas do orçamento anual, serão apresentadas de forma sintética e agregadas, evidenciando o “déficit” ou “superávit” corrente, conforme for o caso.

Art. 6º. - No texto da proposta orçamentária para o exercício de 2016, também conterá autorização para abertura de créditos adicionais, a autorização para remanejamentos de valores e a realização de operação de créditos.

Art. 7º. - O orçamento anual do Município abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e entidades da administração direta e fundacional.

Art. 8º. - A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitada as disposições da Constituição Federal, (Artigo 166, Parágrafo 3º, II, “a”, “b”, “c”, e Parágrafo 4º), devendo ser devolvido a sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, na forma de Lei.

Art. 9º. - O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações à proposta orçamentária e ao plano plurianual, enquanto não

Art. 10º. - O Poder Executivo Municipal, até 31 de janeiro de 2016, regulamentará por Decreto, a programação financeira das receitas e o cronograma de execução mensal de desembolso.

SEÇÃO II

Da Classificação das Receitas e Despesas

Art. 11 - Na proposta orçamentária a discriminação das despesas far-se-á por categoria de programação, indicando-se pelo menos, para um, no seu menor nível, a natureza da despesa, obedecendo à seguinte classificação:

DESPESAS CORRENTES

- a) Pessoal e Encargos Sociais
- b) Juros e Encargos da Dívida
- c) Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

- a) Investimentos
- b) Inversões Financeiras
- c) Transferências de Capital

Parágrafo 1º - A classificação a que se refere este artigo corresponde aos agrupamentos de elementos de natureza da despesa.

Parágrafo 2º - As categorias de programação de que trata o “caput” deste artigo serão identificadas por projetos ou atividades, os quais serão integrados por título que caracterize as respectivas metas ou ações políticas esperadas, segundo a classificação funcional programática estabelecida na Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964 (Artigo 8º, Parágrafo 2º, e no Anexo V).

Parágrafo 3º - As despesas terão como prioridades os projetos ou ações arrolados no Anexo I desta Lei.

Art. 12 – As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais, dependem da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição e justificativa.

Art. 13 – Constará na proposta orçamentária a reserva de contingência para atender as suplementações de dotações insuficientes no decorrer da execução orçamentária, que não poderá ser superior a 10 % (dez por cento) das Receitas Correntes Líquidas.

CAPÍTULO IV

Das Receitas

Art. 14 – A execução da arrecadação da receita obedecerá às disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000, (Seções I e II, do Capítulo III, Artigos. 11 e 14) e demais disposições pertinentes, tomando-se como base as receitas arrecadadas até o mês de junho de 2015.

Parágrafo 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2016 serão levados em consideração para efeito de previsão, os seguintes fatores:

- I. efeitos decorrentes de alterações na legislação;
- II. variação de índices de preços;
- III. crescimento econômico; e
- IV. evolução da receita nos últimos três anos.



Parágrafo 2º - A reestimativa da receita por parte de Poder Legislativo só será permitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, nos termos da Lei Federal Complementar nº 101/2000. (Artigo 12, Parágrafo 1º).

Art. 15 - Não será permitido, no exercício de 2016, a concessão de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, sem que se proceda a redução de despesas em igual montante.

CAPÍTULO V

Das Despesas

Seção I

Das Despesas com Pessoal

Art. 16 - Os gastos com pessoal obedecerão às normas e limites estabelecidos na Lei Federal Complementar nº 101/2000.

Art.17 - O Poder Executivo Municipal publicará, até 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada semestre, demonstrativo da execução orçamentária do período.

Parágrafo 1º - As despesas com pessoal, para o atendimento às disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000, serão apuradas somando-se a realizada mês a mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Parágrafo 2º - Caberá ao Setor de contabilidade fazer a apuração dos gastos referenciados no Parágrafo 1º deste artigo.

Art. 18 - Para atendimento das disposições do Artigo 22, da Lei Federal nº 11.494, de 20.06.2007, o Poder Executivo Municipal poderá conceder abono salarial aos professores e profissionais do ensino fundamental, utilizando os recursos do FUNDEB.

Art. 19 - A revisão da remuneração dos servidores e o subsidio, de que trata a Constituição Federal, (Artigo37, inciso X), com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, para o exercício de 2016, será autorizada por lei específica, observada a iniciativa de cada Poder, sempre na mesma data e sem distinção de índices, respeitados os limites constantes da Lei Federal Complementar nº 101/2000.

Art. 20 - Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão realizados pelo Poder Executivo na data estabelecida na Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições contidas na Emenda Constitucional nº 25.

Seção II

Das Despesas Irrelevantes

Art. 21 - Serão consideradas despesas irrelevantes, para fins de atendimento ao disposto no Artigo 16º, Parágrafo 3º, da Lei Federal Complementar nº101/2000, as despesas com manutenção do patrimônio municipal, e a manutenção dos programas e ações desenvolvidas pelo Poder Executivo, quando voltadas para o aspecto social.

Seção III

Das Despesas com Convênios

Art. 22 - O ente municipal poderá firmar convênio, sendo o órgão concedente, quando for prevista e estabelecida a cooperação mútua entre as partes conveniadas, desde que:

I. seja aprovado previamente o plano de trabalho ou plano de ação, constando o objeto e suas especificações;

II. seja aprovado previamente o cronograma de desembolso,

III. a meta a ser atingida não ultrapasse o exercício financeiro, e ultrapassando, esteja previsto no Plano Plurianual de Investimentos;

IV. seja apresentada e aprovada a prestação de contas de recursos anteriormente recebidos do município.

- V. haja a comprovação da correta aplicação dos recursos liberados; e
VI. sendo a beneficiada, entidade sem fins lucrativos, esteja devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

Seção IV Das Despesas com Novos Projetos

Art. 23 - O Poder Executivo garantirá recursos para novos projetos, quando atendidas as despesas de manutenção do patrimônio já existente, cujo montante não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento,) do valor fixado para os Investimentos.

CAPÍTULO VI Dos Repasses a Instituições Públicas e Privadas

Art. 24 - Poderá ser incluída na proposta orçamentária para o exercício de 2016, bem quanto sua alteração, dotações a título de transferências de recursos orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculadas ao município, a título de subvenções sociais e sua concessão dependerá da obediência as disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000 e ainda, aos dispositivos seguintes:

- I. que as entidades sejam de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação e estejam registradas no conselho Nacional de Assistência Social -CNAS;
- II. que haja lei específica, autorizativa da subvenção;
- III. que a entidade tenha apresentado a prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior a que deverá ser encaminhada, até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subsequente, ao Setor Financeiro da Prefeitura, na conformidade do Parágrafo Único, do Artigo 70, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98.
- IV. que a entidade beneficiada, faça a devida comprovação, do seu regular funcionamento, mediante atestado firmado por autoridade competente;
- V. que a entidade beneficiária faça a apresentação dos respectivos documentos de constituição, até 30 de setembro de 2015;
- VI. que a entidade beneficiária faça a comprovação de que está em situação regular perante o INSS e o FGTS, conforme Artigo 195, Parágrafo 30, da Constituição Federal e perante a Fazenda Municipal, nos termos do código Tributário do Município, e
- VII. não se encontrar em situação de inadimplência no que se refere a prestação de contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo.

Parágrafo Único - Não poderá constar na Proposta orçamentária para o Exercício de 2016, dotações para as entidades que não atenderem ao disposto nos incisos I, II, III, IV e V do presente artigo.

CAPÍTULO VII Dos Créditos Adicionais

Art. 25 - Os créditos especiais e suplementares serão autorizados por lei e abertos por Decreto do chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único - Consideram-se recursos para efeito de abertura de créditos especiais e suplementares, autorizados na forma do “caput” deste artigo, desde que não comprometidos como sendo:

- I. o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II. os provenientes do excesso de arrecadação;
- III. os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei;
- IV. os provenientes do repasse decorrente da assinatura de convênios com órgãos das esferas dos governos federal e estadual; e
- V. o produto de operações de crédito autorizadas por lei específica, na forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realiza-las.

Art. 26 - As solicitações ao Poder Legislativo de autorizações para abertura de créditos especiais conterão, no que couber, as informações e os demonstrativos exigidos para a mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária.

Art. 27 - As propostas de modificações ao projeto de lei do orçamento, bem como os projetos de créditos adicionais, serão apresentados com a forma, os níveis de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o orçamento.

Art. 28 - Os créditos adicionais especiais autorizados nos últimos 04 (quatro) meses do exercício de 2016, poderão ser reaberto ao limite de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício seguinte, consoante Parágrafo 2º, do Artigo 167, da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Na hipótese de haver sido autorizado crédito na forma do “caput” deste artigo, até 31 de janeiro de 2016, serão indicados e totalizados com os valores orçamentários para cada órgão e suas unidades, ao nível de menor categoria de programação possível, os saldos de créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2015, consoante disposições do Parágrafo 2º, do artigo 167, da Constituição Federal.

CAPÍTULO VIII

Da Execução Orçamentária e da Fiscalização

SEÇÃO I

Do Equilíbrio Fiscal

Art. 29 - Até o final dos meses de agosto e fevereiro, o Poder Executivo Municipal demonstrará e avaliará o cumprimento da meta de equilíbrio fiscal de cada semestre.

Art. 30 - O Poder Executivo, através do órgão competente da administração, deverá atender, no prazo de dez dias úteis, contados da data do recebimento, às solicitações de informações relativas às categorias de programação explicitadas no projeto de lei que solicitar créditos adicionais, fornecendo dados, quantitativos e qualitativos que justifiquem os valores orçados e evidenciem a ação do governo e suas metas a serem atingidas.

SEÇÃO II

Da Limitação do Empenho

Art. 31 - Se verificado ao final do bimestre, que a efetivação da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, o Poder Executivo por ato próprio e nos montantes necessários, promoverá nos trinta dias subsequentes, limitações de empenho e movimentação financeira.

Parágrafo Único - A limitação do empenho iniciará com nas despesas de investimentos, e não sendo suficiente para o atendimento do disposto no “caput”, será estendida às despesas de manutenção dos projetos/ações desenvolvidos no âmbito municipal.

Art. 32 - Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais, as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e as destinadas ao pagamento das despesas de caráter continuado.

CAPITULO IX

Das Vedações

Art. 33 - Serão consideradas não autorizadas, irregulares, e lesivas ao patrimônio público a gestão de despesa ou assunção de obrigação em desacordo com a Lei Federal Complementar no 101/2000 (Artigo 15), quando desacompanhadas de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos subsequentes, bem como de declaração expressa do ordenador da despesa que o aumento da despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual.

Art.34 - É vedada a inclusão na proposta orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo município, inclusive pelas entidades, que integram os orçamentos fiscais e de seguridade social, a servidor da administração direta ou indireta por créditos de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado,

Parágrafo Único —Além da limitação definida no “caput” não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

- I - atividades e propagandas político-partidárias,
- II - objetivos ou campanhas estranhas às atribuições legais do Poder Executivo;
- III - obras de grande porte, sem comprovada e clara necessidade social, capaz de comprometer o equilíbrio das finanças municipais; e
- IV - auxílios à entidade privadas com fins lucrativos.

CAPÍTULO X Das Dívidas

SEÇÃO ÚNICA Da Dívida Fundada Interna

SUB-SEÇÃO 1 Dos Precatórios

Art. 35 - Será consignada na proposta orçamentária para o exercício de 2016, dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios, na forma da legislação pertinente, observadas as disposições dos Parágrafos 1º e 2º deste artigo.

Parágrafo 1º - Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2015, serão incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2016, conforme determina a Constituição Federal (Artigo 100, Parágrafo 1º).

Parágrafo 2º - O Sistema de Controle Interno da Prefeitura registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica de suas exigências, através dos serviços de contabilidade.

SUB-SEÇÃO II Da Amortização e do Serviço da Dívida Fundada Interna

Art. 36 - O Poder Executivo deverá manter registro individualizado das dívidas fundada interna e externa.

CAPITULO XI Do Plano Plurianual

Art. 37 - Poderão deixar de constar da proposta orçamentária do exercício de 2016, programas, projetos e metas constantes do plano plurianual, em razão da compatibilização da previsão de receitas com a fixação de despesas, em função da limitação de recursos.

Art. 38 - Os projetos imprecisos constantes do plano plurianual existente, poderão ser desdobrados em projetos específicos na proposta orçamentária para o exercício de 2016.

Art. 39 - A inclusão de novos projetos no plano plurianual de investimentos, dependerá de lei específica.

Parágrafo Único - Não poderão ser incluídos novos projetos no plano plurianual de investimentos, com recursos decorrentes da anulação de projetos em andamento.

CAPITULO XII Das Disposições Gerais e Transitórias

SEÇÃO 1 Dos Prazos

Art. 40 - A proposta orçamentária para o exercício de 2016, será entregue ao Poder Legislativo no prazo definido na Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo Único - Caso a Lei Orgânica Municipal não defina a data do envio da matéria especificada no “caput”, o Poder Executivo a remeterá até 30 de setembro de 2015.

Art. 41 - A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo, para o exercício de 2016, será entregue ao Poder Executivo até 15 de setembro de 2015, para efeito de compatibilização com as despesas do município que integrarão a proposta orçamentária anual.

Art. 42 - A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar 101/2000.

SEÇÃO II

Das Alterações na Legislação Tributária

Art. 43 - Os projetos de lei relativos às alterações na legislação tributária, para vigorar no exercício de 2016, deverão ser encaminhados ao Poder Legislativo até dezembro de 2015.

Art. 44 - A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do município oferecendo sugestões ao:

I. Poder Executivo, até 15 de setembro de 2015, junto ao Gabinete do Prefeito Municipal, e

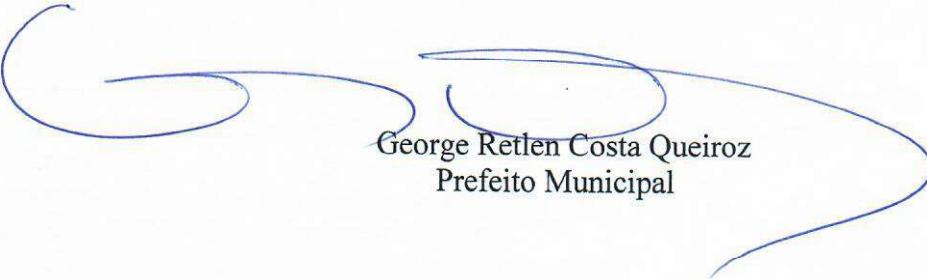
II. Poder Legislativo, junto a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais.

Parágrafo Único . As emendas aos orçamentos indicarão, obrigatoriamente, a fonte de recursos e atenderão as demais exigências de ordem constitucional e infraconstitucional.

Art. 45 - A prestação de contas anual do município incluirá o relatório de execução com a forma e os detalhes apresentados na lei orçamentária anual, além dos demonstrativos e balanços previstos na legislação federal e ainda nas resoluções específica do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 46 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Jucurutu/RN, em 20 de Maio de 2015.



George Retlen Costa Queiroz
Prefeito Municipal



ANEXO I - ELENCO DE AÇÕES A SEREM PRIORIZADAS

I- ORÇAMENTO FISCAL

1.0 – Legislativo

1.0.1 – Manutenção do Poder Legislativo

1.1- Administração

- 1.1.1 - Promover política de valorização do servidor pública municipal;
- 1.1.2 - Desenvolver programas de capacitação, treinamento, e reciclagem do servidor;
- 1.1.3 - Otimizar os serviços de informatização;
- 1.1.4 - Racionalizar os gastos do município;
- 1.1.5 - Modernizar a administração municipal,
- 1.1.6 - Recuperar as receitas municipais; e
- 1.1.7 - Fortalecer os conselhos como forma de descentralizar a gestão pública e consolidar o quadro democrático.

1.2 Saneamento

- 1.2.1 - Implantar redes de drenagem em áreas críticas;
- 1.2.2 - Implantar programas de coleta e tratamento de esgotamento sanitário;
- 1.2.3 - Implantar programas de coleta e tratamento de resíduos sólidos; e
- 1.2.4 - Implantar programas de gerenciamento integrado dos recursos líquidos.

1.3 - Educação

- 1.3.1 - Manter o Programa da Merenda Escolar;
- 1.3.2 - Ampliar o atendimento na pré-escola, no ensino fundamental, no ensino especial e na educação de jovens e adultos;
- 1.3.3 - Promover programas de redução da repetência e da evasão escolar;
- 1.3.4 - Desenvolver programas educativos sobre meio ambiente, associativismo, sexualidade, saúde e higiene;
- 1.3.5 - Aumentar as vagas escolares;
- 1.3.6 - Estimular a prática esportiva nas escolas;
- 1.3.7 - Promover programas de capacitação, gestão administrativa, treinamento e reciclagem profissional da educação;
- 1.3.8 - Desenvolver experiências no envolvimento da comunidade na gestão escolar;
- 1.3.9 - Realizar pesquisa para acompanhamento e avaliação do ensino fundamental;
- 1.3.10 - Integrar as creches e pré-escola ao Sistema Municipal de Ensino;
- 1.3.11 - Recuperar e manter a estrutura física e os equipamentos das unidades escolares;
- 1.3.12 - Implementar programas e ações de Governo, no sentido de fortalecer o FUNDEB;
- 1.3.13 - Implantar laboratório de informática no Município e informatizar as escolas;
- 1.3.14 - Manter o PDDE;
- 1.3.15 - Promover o hábito de leitura criando salas específicas;
- 1.3.16 - Implantar o PCN – Plano Curricular Nacional;
- 1.3.17 - Expandir o esporte, com novas construções de quadras;
- 1.3.18 - Criar programas de esportes nas escolas, como forma de incentivar a sua prática;
- 1.3.19 - Implementar o transporte escolar, com novas aquisições de transportes;
- 1.3.20 - Construir e ampliar escolas no município;
- 1.3.21 - Ampliar a sede da Secretaria de Educação do Município e reequipá-la;
- 1.3.22 - Reconstrução de biblioteca pública e reequipamento;

1.4 – Cultura e Turismo

- 1.4.1 - Implantar projetos culturais sobretudo a valorização do folclore e artesanato;
- 1.4.2 - Resgatar e preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural do município;
- 1.4.3 - Implantar calendário turístico e cultural do Município;

1.5 – Obras e Serviços Urbanos

- 1.5.1 -Reurbanizações de Praças e Avenidas;
- 1.5.2 -Construção de instalações pesqueiras;
- 1.5.3 - Arborizar e reurbanizar as ruas do município;
- 1.5.4 - Ampliar e manter cemitério públicos;
- 1.5.5 - Implantar central do Produtor Rural;
- 1.5.6 - Pavimentação de Ruas e Avenidas;
- 1.5.7 - Construção de Abatedouro Industrial;
- 1.5.8 - Construção de Central de Abastecimento e Distribuição;
- 1.5.9 - Expansão de rede elétrica urbana e rural;
- 1.5.10 - Construção de Pórtico de entrada da Cidade;
- 1.5.11 - Ajardinamento de ruas e Avenidas.

1.6 - Habitação

- 1.6.1. -Incentivar políticas de habitação;
- 1.6.2 -Implantar programa de melhoria e recuperação de moradia da população de baixa renda.

1.7 – Esporte e Lazer

- 1.7.1 - Apoiar a prática esportiva comunitária;
- 1.7.2 - Promover o aproveitamento democrático dos espaços esportivos e culturais; e
- 1.7.3 - Construir manter e recuperar quadras de esportes;

1.8 – Agricultura

- 1.8.1 -Implantar projetos ambientais nas áreas do município;
- 1.8.2 -Perfurações de Poços tubulares e recuperações destes;
- 1.8.3 -Construções de açudes, barragens e mini adutoras;
- 1.8.4 - Programa de Recuperação, conservação e correção do solo;
- 1.8.5 - Programas de corte de terras ao pequeno agricultor rural e distribuição de sementes;
- 1.8.6 - construção de passagens molhadas e de barragens submersas;
- 1.8.7 - Programa de Preservação e Recuperação de área de proteção ambiental;
- 1.8.8 - Reflorestamento, recuperação de matas ciliares e assoreamentos dos rios;
- 1.8.9 - Implantação de hortas comunitárias;
- 1.8.10 -Implantação de projetos de caprinocultura, bovinocultura, ovinocultura e pisciculturas;
- 1.8.11 - Campanhas municipais de vacinação do rebanho bovino, suíno, caprino e ovino;
- 1.8.12 - ampliação e reequipamento do centro de eventos agropecuários;
- 1.8.13 -aquisição de equipamentos para confecção de fenação e silagem;
- 1.8.14 - instalação da sala do agricultor familiar,
- 1.8.15 - construção do centro de manejo de bovino e outros animais.
- 1.8.16 - Construção de Mata-Burros.

1.9 – Transporte

- 1.9.2 - Promover a conservação das ruas e estradas vicinais;
- 1.9.3 - Manutenção e Conservação da frota Municipal;

1.10 - Limpeza Urbana

- 1.10.1 -Promover a limpeza urbana em ruas e logradouros;
- 1.10.2 -Implantar programas de incentivo profissional para produção de reciclagem do lixo;
- 1.10.3 -Manter um aterro sanitário controlado;
- 1.11.4 -Adquirir carros coletores, tratores e carroções;;
- 1.12.5 – Construção de Usina de Reciclagem de lixo;

1.11 -Finanças

- 1.11.1 -Modernizar e informatizar os sistemas de arrecadação e tributação do Município,
- 1.11.2 -Apoiar programas específicos de capacitação e reciclagem dos servidores; e
- 1.11.3 - Promover campanhas educativas visando conscientizar o contribuinte e diminuir os níveis de inadimplência.



II - ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2.1 - Saúde

- 2.1.1 - Promover a continuidade do processo de gestão pela qualidade e da municipalização da saúde;
- 2.1.2 - Dar continuidade ao Programa de Atendimento ao Desnutrido e à Gestante em Risco Nutricional;
- 2.1.3 - Promover ações básicas de saúde e saneamento;
- 2.1.4 - Promover campanhas de combate e controle às epidemias e endemias;
- 2.1.5 - Aprimorar o sistema de informações sobre a mortalidade infantil;
- 2.1.6 - Aprimorar as ações de vigilância sanitária;
- 2.1.7 - Manter e recuperar veículos e equipamentos;
- 2.1.8 - Garantir as condições materiais à execução de saúde especiais de apoio à criança, ao adolescente, ao deficiente físico, à mulher e ao idoso;
- 2.1.9 - Ampliar a assistência odontológica;
- 2.1.10 - Melhorar o gerenciamento para o atendimento de urgência com compra de ambulâncias;
- 2.1.11 - Melhoria nas condições sanitárias da população em geral;
- 2.1.12 - Implantação e expansão de saneamento básico;
- 2.1.13 - Formação, melhoria e reciclagem dos recursos humanos disponíveis;
- 2.1.14 - Concurso Público para especialistas em diversas áreas de saúde;
- 2.1.15 - Apoio e incentivo aos Agentes Comunitários de Saúde;
- 2.1.16 - Aquisição de trailer odontomédico;
- 2.1.17 - Implantação do sistema pré-hospitalar;
- 2.1.18 - Construção, reequipamento e ampliação de postos de saúde;
- 2.1.19 - Implantação de centro de diagnóstico.
- 2.1.20 - Implantação, melhoria e ampliação de laboratório;
- 2.1.21 - Desenvolvimento de ações de saúde reprodutiva;
- 2.1.22 - Programas de combate às carências nutricionais em geral;
- 2.1.23 - Assistência farmacêutica;
- 2.1.24 - Implantação de Consórcio Intermunicipal de saúde;

2.2 - Assistência Social

- 2.2.1 - Promover programas de ampliação dos canais institucionais de participação;
- 2.2.2 - Promover programas especiais de apoio à criança e ao adolescente, ao deficiente físico, à mulher e ao idoso;
- 2.2.3 - Incrementar o Programa de Apoio à Gestante;
- 2.2.4 - Manter e melhorar a qualidade do serviço de creches;
- 2.2.5 - Combater a prostituição e ao uso de drogas infanto-juvenil;
- 2.2.6 - Promover educação profissional para a população.
- 2.2.7 - Desenvolver ações de combate à pobreza;
- 2.2.8 - Promover assistência às famílias carentes no âmbito habitacional com distribuição de Kit de Construção; Construção, reconstrução e melhorias habitacionais de casas populares.
- 2.2.9 - Erradicação do trabalho infantil;
- 2.2.10 - Assistência emergencial no combate à fome e às condições de vida das pessoas;
- 2.2.11 - Capacitação de recursos humanos;
- 2.2.12 - Adotar programas de remoção de obstáculos arquitetônicos à mobilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas motoras.

Jucurutu/RN, em 20 de Maio de 2015.

George Retlen Costa Queiroz
Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE JUCURUTU – CONSOLIDADO
 ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CALCULO DAS METAS ANUAIS
 V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA**

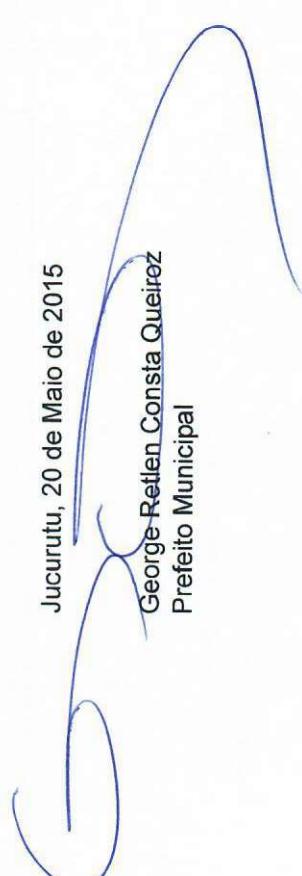
Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

(RS)

ESPECIFICAÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
DÍVIDA CONSOLIDADA (1)	5.278.497,29	6.964.507,54	12.563.605,58	12.413.605,58	12.255.805,58	12.090.115,58	11.916.141,08
..Dívida Mobiliária	5.278.497,29	6.964.507,54	12.563.605,58	12.413.605,58	12.255.805,58	12.090.115,58	11.916.141,08
..Outras Dívidas							
DEDUÇÕES (1)	(3.431.801,00)	1.189.878,76	218.101,80	4.306.645,03	4.306.645,03	4.306.645,03	4.306.645,03
..Ativo Disponível	1.119.906,08	2.285.760,02	5.806.645,03	5.806.645,03	5.806.645,03	5.806.645,03	5.806.645,03
..Haveres Financeiros			-				
..(-) Restos a Pagar	(4.551.707,08)	(1.095.881,26)	(5.588.543,23)	(1.500.000,00)	(1.500.000,00)	(1.500.000,00)	(1.500.000,00)
Dívidas Consolidada Líquida	8.710.298,29	5.774.628,78	12.345.503,78	8.106.960,55	7.949.160,55	7.783.470,55	7.609.496,05

Jucurutu, 20 de Maio de 2015

George Retten Consta Queiroz
 Prefeito Municipal



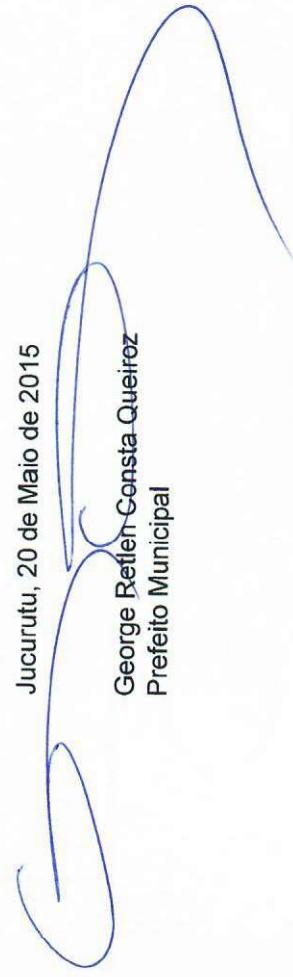
MUNICÍPIO DE JUCURUTU – CONSOLIDADO
 ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 I - RECEITAS

Art. 4º, §2º, inciso 11 da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2012	ARRECADADA 2013	ORÇADA 2014	2015	2016	PREVISÃO 2017
RECEITAS CORRENTES	28.871.812,24	31.672.013,95	32.605.500,00	34.300.986,00	36.016.035,30	37.816.837,07
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	1.185.457,68	1.276.995,18	892.000,00	938.384,00	985.303,20	1.034.568,36
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	382.220,56	442.254,09	450.000,00	473.400,00	497.070,00	521.923,50
RECEITA PATRIMONIAL	192.416,71	260.490,49	110.000,00	115.720,00	121.506,00	127.581,30
RECEITA DE SERVIÇOS			65.000,00	68.380,00	71.799,00	75.388,95
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.065.428,33	29.562.477,75	31.031.000,00	32.644.612,00	34.276.842,60	35.990.684,73
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	46.288,96	129.796,44	57.500,00	60.490,00	63.514,50	66.690,23
RECEITAS DE CAPITAL	8.601.729,22	4.528.681,51	13.579.700,00	14.285.844,40	15.000.136,62	15.750.143,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-		200.000,00	210.400,00	220.920,00	231.966,00
ALIENAÇÃO DE BENS			50.000,00	52.600,00	55.230,00	57.991,50
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.601.729,22	4.528.681,51	13.309.700,00	14.001.804,40	14.701.894,62	15.436.989,35
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-		20.000,00	21.040,00	22.092,00	23.196,60
DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF.CORRENTES	(2.862.825,51)	(3.134.021,97)	(3.091.800,00)	(3.252.573,60)	(3.415.202,28)	(3.585.962,39)
TOTAL	34.610.715,95	33.066.673,49	43.093.400,00	45.334.256,80	47.600.969,64	49.981.018,12

Jucurutu, 20 de Maio de 2015

George Reffel Gonçalves Queiroz
 Prefeito Municipal



MUNICIPIO DE JUCURUTU – CONSOLIDADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - ANEXO DE METAS FISCAIS
EXERCICIO ANTERIOR
DEMONSTRATIVO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
 4º, §2º, inciso 11 da LRF

ESPECIFICAÇÃO	1 - Metas Previstas 2013 (a)	% PIB (b)	II - Metas Realizadas 2013 (b)	Variação (U - 1)	
				% PIB	Valor C=(b-a) (c/a)x100
Receita Total	36.135.000,00	0,090%	34.610.715,95	0,087%	-1.524.284,05 -4,218%
Receitas Primárias (I)	34.201.250,00	0,086%	34.418.299,24	0,086%	217.049,24 0,635%
Despesa Total	36.038.700,00	0,090%	33.473.533,36	0,084%	-2.565.166,64 -7,118%
Despesas Primárias (II)	35.883.700,00	0,090%	33.473.533,36	0,084%	-2.410.166,64 -6,717%
Resultado Primário (III) = (I - II)	-1.682.450,00	-0,004%	944.765,88	0,002%	2.627.215,88 -156,154%

Nota:

PIB Estadual Previsto e realizado para 2013/2012

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2013	40.000.000.000,00
Valor efetivo (realizado) do PIB estadual para 2013	43.200.000.000,00

Jucurutu, 20 de Maio de 2015

George Rettlen Consta Queiroz
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JUCURUTU - CONSOLIDADA
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CALCULO DAS METAS ANUAIS
III - RESULTADO PRIMÁRIO

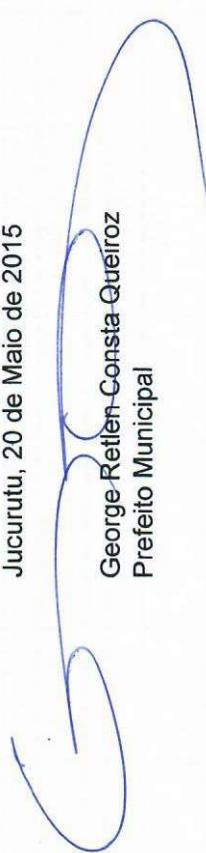
^º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017
METAS CORRENTES (I)	26.008.986,73	28.537.991,98	29.513.700,00	31.048.412,40	32.600.833,02	34.230.874,67
METAS CORRENTES (EXCETO INTRA)						
Itas Tributárias	1.185.457,68	1.276.995,18	892.000,00	938.384,00	985.303,20	1.034.568,36
Ita de Contribuição	382.220,56	442.254,09	450.000,00	473.400,00	497.070,00	521.923,50
Ita Patrimonial	192.416,71	260.490,49	110.000,00	115.720,00	121.506,00	127.581,30
cações Financeiras (II)	192.416,71	260.490,49	110.000,00	115.720,00	121.506,00	127.581,30
as Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-
Ita Agropecuária	-	-	-	-	-	-
Ita Industrial	-	-	-	-	-	-
Ita de Serviços	-	-	65.000,00	68.380,00	71.799,00	75.388,95
iferências Correntes	27.065.428,33	29.562.477,75	31.031.000,00	32.644.612,00	34.276.842,60	35.990.684,73
Is Receitas Correntes	46.288,96	129.796,44	57.500,00	60.490,00	63.514,50	66.690,23
METAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS						
JOES DAS RECEITAS CORRENTES	(2.862.825,51)	(3.134.021,97)	(3.091.800,00)	(3.252.573,60)	(3.415.202,28)	(3.585.962,39)
METAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	25.816.570,02	28.277.501,49	29.403.700,00	30.932.692,40	32.479.327,02	34.103.293,37
METAS DE CAPITAL (IV)						
ações de Crédito (V)	8.601.729,22	4.528.681,51	13.579.700,00	14.285.844,40	15.000.136,62	15.750.143,45
ação de Bens (VI)	-	-	200.000,00	210.400,00	220.920,00	231.966,00
itzações de Emprestimos (VII)	-	-	50.000,00	52.600,00	55.230,00	57.991,50
iferências de Capital	8.601.729,22	4.528.681,51	13.309.700,00	14.001.804,40	14.701.894,62	15.436.989,35
Is Receitas de Capital	-	-	20.000,00	21.040,00	22.092,00	23.196,60
itas Fiscais de Capital (VIII) = (IV - V - VI - VII)	8.601.729,22	4.528.681,51	13.329.700,00	14.022.844,40	14.723.986,62	15.460.185,95
METAS NAO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS IDAS) (IX) = (III + VIII)	34.418.299,24	32.806.183,00	42.733.400,00	44.955.536,80	47.203.313,64	49.563.479,32
METAS TOTAIS	34.610.715,95	33.066.673,49	43.093.400,00	45.334.256,80	47.600.969,64	49.981.018,12
PESAS CORRENTES (X)	24.280.884,88	28.133.310,85	27.284.200,00	28.702.978,40	30.138.127,32	31.645.033,69
onal e Encargos Sociais	17.666.625,74	17.810.399,05	18.682.000,00	19.653.464,00	20.636.137,20	21.667.944,06
e Encargos da Dívida (XI)	-	-	5.000,00	5.260,00	5.523,00	5.799,15
Is Despesas Correntes	6.614.259,14	10.322.911,80	8.597.200,00	9.044.254,40	9.496.467,12	9.971.290,48
PESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	24.280.884,88	28.133.310,85	27.279.200,00	28.697.718,40	30.132.604,32	31.639.234,54
PESAS DE CAPITAL (XIII)	9.192.648,48	5.891.379,40	15.718.400,00	16.535.756,80	17.362.544,64	18.230.671,87
tinentos	9.192.648,48	5.806.379,40	15.448.400,00	16.251.716,80	17.064.302,64	17.917.517,77
sões Financeiras	-	85.000,00	120.000,00	126.240,00	132.552,00	139.179,60
iferências de Capital	-	-	-	-	-	-

IR DA ALTA DIVINA (XIV)				
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII + XIV)	9.192.648,48	6.891.379,40	100.000,00	167.800,00
DESPESA DE CONTIGÊNCIA (XVI)				
DESPESA ORÇAMENTARIA (XVI -a)				
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS IDAS) (XVII) = (XII + XV + XVI)	33.473.533,36	34.024.690,25	42.847.600,00	45.075.675,20
DESPAÇO TOTAL				
Itado Primário (IX - XVII)	944.765,88	(1.218.507,25)	(114.200,00)	(120.138,40)
				(126.145,32)
				(132.452,59)

Jucurutu, 20 de Maio de 2015



George Retten Consta Queiroz
Prefeito Municipal

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

R\$

CIFRAGÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES						2017
	2012	%	2013	%	2014	%	
Ita Total	34.610.715,95	100,00%	33.066.673,49	-4,46%	43.093.400,00	30,32%	45.334.256,80
Ita Primária (I)	34.418.299,24	100,00%	32.806.183,00	-4,68%	42.733.400,00	30,26%	44.955.536,80
Esa Total	33.473.533,36	100,00%	34.024.690,25	1,65%	43.002.600,00	26,39%	45.238.735,20
Esa Primárias (II)	33.473.533,36	100,00%	34.024.690,25	1,65%	42.847.600,00	25,93%	45.075.675,20
Itado Primário (I - II)	944.765,88	100,00%	(1.218.507,25)	-228,97%	(114.200,00)	-90,63%	(120.138,40)
Itado Nominal	5.774.628,78	100,00%	6.570.875,00	13,79%	(4.088.543,23)	-162,22%	(150.000,00)
Esa Consolidada	6.964.507,54	100,00%	12.563.605,58	80,39%	12.413.605,58	-1,19%	12.255.805,58
Esa Consolidada	5.774.628,78	100,00%	12.345.503,78	113,79%	8.106.960,55	-34,33%	7.949.160,55

CIFRAGÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES						2017
	2012	%	2013	%	2014	%	
Ita Total	36.631.981,76	100,00%	33.066.673,49	-9,73%	40.885.578,75	23,65%	40.841.672,79
Itas Primárias (I)	36.428.327,92	100,00%	32.806.183,00	-9,94%	40.544.022,77	23,59%	40.500.483,60
Esa Total	35.428.387,71	100,00%	34.024.690,25	-3,96%	40.799.430,74	19,91%	40.755.617,30
Esa Primárias (II)	35.428.387,71	100,00%	34.024.690,25	-3,96%	40.652.371,92	19,48%	40.608.716,40
Itado Primário (I - II)	999.940,21	100,00%	-1.218.507,25	-221,86%	-108.349,15	-91,11%	-108.232,79
Itado Nominal	6.111.867,10	100,00%	6.570.875,00	7,51%	-3.879.073,27	-159,03%	-135.135,14
Esa Pública	7.371.234,78	100,00%	12.563.605,58	70,44%	11.777.614,40	-6,26%	11.041.266,29
Esa Consolidada	6.111.867,10	100,00%	12.345.503,78	101,99%	7.691.613,43	-37,70%	7.161.405,90

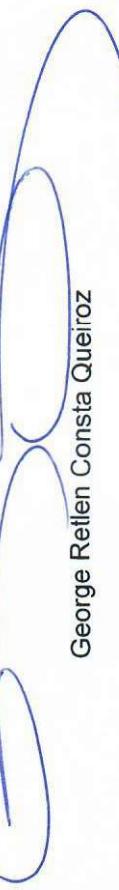
Técnica de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

2012*	2013*	2014*	2015	2016	2017
5,84%	5,82%	5,40%	5,20%	5,00%	5,00%
			VALORES DE REFERÊNCIA		
V/C x 1,13	V/C x 1,0584	V/C x 1,0000	V/C/1,054	V/C/1,11	V/C/1,17

* Média (% anual) projetada com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo :: IPCA, divulgado pelo IBGE

Jucurutu, 20 de Maio de 2015


George Reiten Consta Queiroz

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JUCURUTU – CONSOLIDADO
 ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
 2016

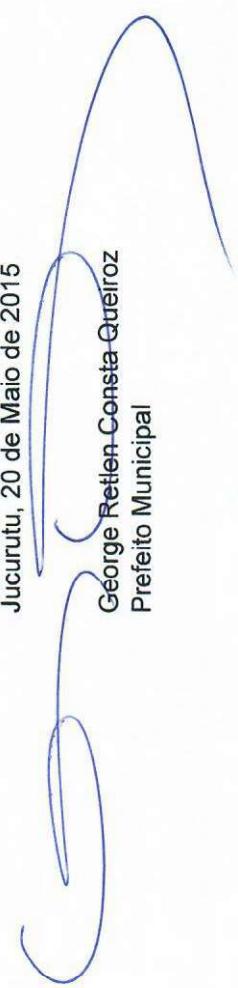
4º, § 2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2012 (b)	2013 ©	2014 (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)
DIVIDA CONSOLIDADA(I)	6.964.507,54	12.563.605,58	12.563.605,58	12.413.605,58	12.255.805,58	12.090.115,58
DEDUÇÕES (II)	1.189.878,76	218.101,80	4.306.645,03	4.306.645,03	4.306.645,03	4.306.645,03
Ativo Disponível	2.285.760,02	5.806.645,03	5.806.645,03	5.806.645,03	5.806.645,03	5.806.645,03
Haveres Financeiros	-					
(-) Restos a Pagar	(1.095.881,26)	(5.588.543,23)	(1.500.000,00)	(1.500.000,00)	(1.500.000,00)	(1.500.000,00)
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA (III) = (I - II)	5.774.628,78	12.345.503,78	8.256.960,55	8.106.960,55	7.949.160,55	7.783.470,55
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-					
PASIVOS RECONHECIDOS (V)	-					
DIVIDA FISCAL LIQUIDA (III + IV - V)	5.774.628,78	12.345.503,78	8.256.960,55	8.106.960,55	7.949.160,55	7.783.470,55
PERÍODO DE REFERÊNCIA						
ESPECIFICAÇÃO						
Resultado Nominal	5.774.628,78	6.570.875,00	(4.088.543,23)	(150.000,00)	(157.800,00)	(165.690,00)

Notas:

- O cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pelo STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

Jucurutu, 20 de Maio de 2015

 George Retton Consta Queroz
 Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JUCURUTU – CONSOLIDADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS

^o, § 2º, inciso II da LRF - AMF-Tabela 1 (LRF, art.4^º, §3^º)

CLASSIFICAÇÃO	2015	2016						2017					
		Valor Corrente (b)	Valor Constante (c)	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante (c)	% PIB (c/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante (c)	% PIB (c/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante (c)	% PIB (c/PIB) x 100
Total	45.334.256,80	40.841.672,79	0,096%	47.600.969,64	40.684.589,44	0,096%	49.981.018,12	42.718.818,91	0,096%	49.981.018,12	42.718.818,91	0,096%	42.361.948,14
Is Primárias (I)	44.955.536,80	40.500.483,60	0,096%	47.203.313,64	40.344.712,51	0,096%	49.563.479,32	42.361.948,14	0,096%	49.563.479,32	42.361.948,14	0,096%	42.361.948,14
sa Total	45.334.256,80	40.841.672,79	0,096%	47.600.969,64	40.684.589,44	0,096%	49.981.018,12	42.718.818,91	0,096%	49.981.018,12	42.718.818,91	0,096%	42.718.818,91
sas Primárias (II)	45.075.675,20	40.608.716,40	0,096%	47.329.458,96	40.452.529,03	0,096%	49.695.931,91	42.475.155,48	0,096%	49.695.931,91	42.475.155,48	0,096%	42.475.155,48
ado Primário (I - II)	-120.138,40	-108.232,79	0,000%	-126.145,32	-107.816,51	0,000%	-132.452,59	-113.207,34	0,000%	-132.452,59	-113.207,34	0,000%	-113.207,34
ado Nominal	-150.000,00	-135.135,14	0,000%	-157.500,00	-134.615,38	0,000%	-165.375,00	-141.346,15	0,000%	-165.375,00	-141.346,15	0,000%	-141.346,15
Pública Consolidada	12.255.805,58	11.041.266,29	0,026%	12.868.595,86	10.998.799,88	0,026%	13.512.025,65	11.548.739,87	0,026%	13.512.025,65	11.548.739,87	0,026%	11.548.739,87
Consolidada Líquida	8.106.960,55	7.303.568,06	0,017%	8.512.308,58	7.275.477,42	0,017%	8.937.924,01	7.639.251,29	0,017%	8.937.924,01	7.639.251,29	0,017%	7.639.251,29
as Primárias advindas > (IV)													
sas Primárias geradas P (V)													
o saldo das PPP (VI) V)													

ulo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico

EIS	2015	2016	2017
I (crescimento % anual) real de juro implícito sobre da líquida do Governo % anual)	4,00	4,50	4,50
11,60	11,60	11,60	11,60
(R\$/USS - Final do Ano)	1,90	1,90	1,90
média (%) da com base em índices de inflação do PIB do Estado - em	5,20%	5,00%	5,00%
47.000.000,00	49.350.000,00	51.817.500,00	51.817.500,00

Jucurutu, 20 de Maio de 2015

ilogia de Cálculo dos valores Constantes
2015 2016 2017
/C/1,054 VC/1,11 VC/1,17

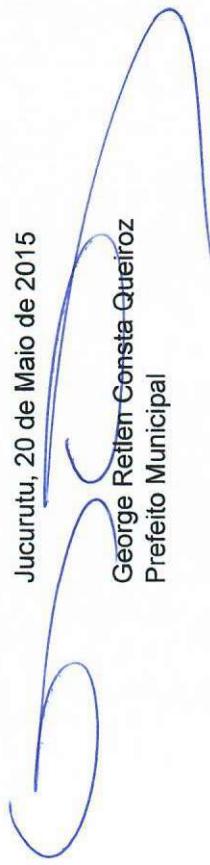
George Retten Consta Queiroz
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JUCURUTU – CONSOLIDADO
 ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 II - DESPESAS

Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA	ORÇADA	PREVISÃO
2012	2013	2014	2015
DESPESSAS CORRENTES (I)	24.280.884,88	28.133.310,85	28.702.978,40
Pessoal e Encargos Sociais			30.138.127,32
Aplicações Diretas	17.666.625,74	17.810.399,05	19.653.464,00
Juros e Encargos da Dívida			20.636.137,20
Aplicações Diretas	-	-	5.260,00
Outras Despesas Correntes	6.614.259,14	10.322.911,80	8.597.200,00
Aplicações Diretas	9.192.648,48	5.891.379,40	15.718.400,00
DESPESSAS DE CAPITAL (II)			16.535.756,80
Investimentos			17.362.544,64
Aplicações Diretas	9.192.648,48	5.806.379,40	9.044.254,40
Inversões Financeiras			9.496.467,12
Aplicações Diretas	-	85.000,00	17.917.517,77
Amortizações da Dívida			120.000,00
Aplicações Diretas	-	-	126.240,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	33.473.533,36	34.024.690,25	95.521,60
TOTAL			43.093.400,00
			45.334.256,80
			47.600.969,64
			49.981.018,12

Jucurutu, 20 de Maio de 2015

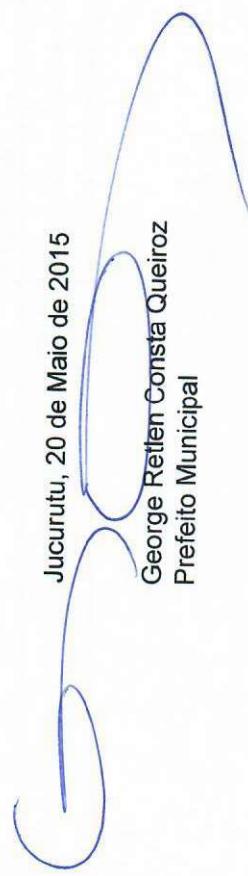


George Reitzen Consta-Quieiroz
 Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JUCURUTU – CONSOLIDADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º<2º, inciso II)

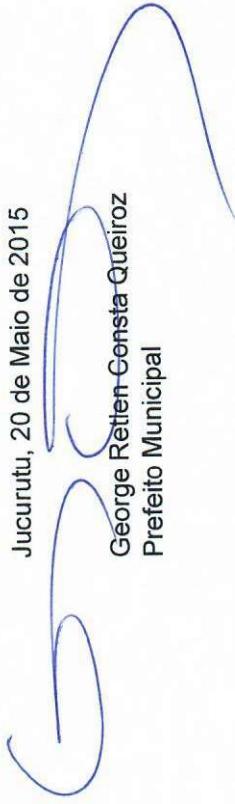
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	%	2012	%	2011	%
Patrimônio/Capital	21.844.591,24	-19,23%	27.046.341,90	118,59%	12.373.337,39	100,00%
Reservas			-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	0	0	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL	21.844.591,24	-19,23%	27.046.341,90	118,59%	12.373.337,39	100,00%

Jucurutu, 20 de Maio de 2015

George Reffem Comsta Queiroz
Prefeito Municipal

**MUNICIPIO DE JUCURUTU – CONSOLIDADO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**

(RS)		PASSIVOS CONTIGENTES	PROVIDENCIAS
1	Debitos INSS	Identificação dos Riscos	2016
		1.500.000,00	Providência : PARCELAMENTO
2	Dividas em Processo de Reconhecimento	0,00	Parcelamento de Divida
	SUBTOTAL	1.500.000,00	0,00
			PROVIDENCIAS
			DEMAIS RISCOS PASSIVOS
6	Frustação de Arrecadação	Identificação dos Riscos	2016
		120.000,00	Providência Contingenciamento de Empenhos
		120.000,00	120.000,00
	SUBTOTAL	1.620.000,00	120.000,00
	TOTAL		1.620.000,00

Jucurutu, 20 de Maio de 2015



George Rettén Consta Queiroz
 Prefeito Municipal

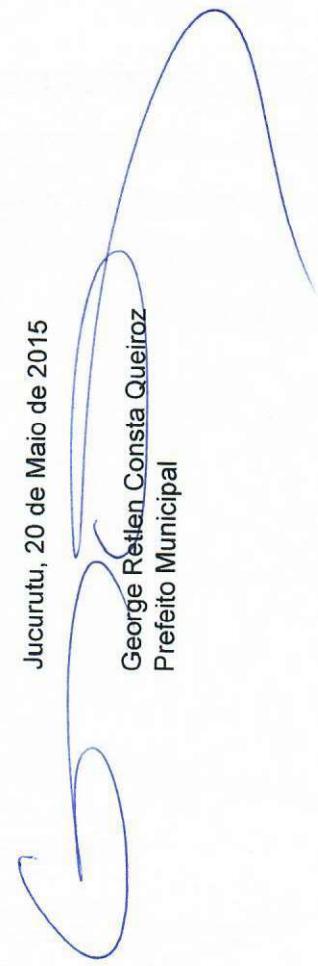
MUNICÍPIO DE JUCURUTU – CONSOLIDADO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2016

AMF- Tabela 8 (LRF. art. 4º§2º, inciso V)

(R\$)

Tributo	Modalidade	SETOR / PROGRAMA BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2014	2015	2016	
NADA A DECLARAR	-	-	-	-	-	-
TOTAL			-	-	-	-

Jucurutu, 20 de Maio de 2015


George Retten Consta Queiroz
Prefeito Municipal